



# » Relatório de Gestão

Instituto de  
Gestão de Fundos  
de Capitalização  
da Segurança  
Social

IGFCSS

2000

Design e Paginação » Gráfica Maiadouro

Pré Impressão e Impressão » Gráfica Maiadouro

Depósito Legal » 166 041/01



## ÍNDICE

|  |   |    |
|--|---|----|
| <b>I. Nota do Conselho Directivo</b>                           | » | 5  |
| <b>II. Actividades marcantes em 2000</b>                       | » | 7  |
| <b>III. Relatório sobre as contas do exercício 2000</b>        | » | 9  |
| Apresentação   |   | 9  |
| Situação Patrimonial   |   | 9  |
| Actividade do Instituto (IGFCSS)                               |   | 10 |
| Balanço Social   |   | 11 |
| <b>IV. Direcção de Aplicações Financeiras (DAF)</b>            | » | 15 |
| Introdução   |   | 15 |
| Competências atribuídas  |   | 15 |
| Actividades desenvolvidas                                      |   | 15 |
| Pessoal  |   | 16 |
| Acções de formação frequentadas                                |   | 16 |
| Recursos Técnicos  |   | 16 |
| <b>V. Direcção Administrativa e de Contabilidade (DAC)</b>     | » | 17 |
| 1. Introdução  |   | 17 |
| 2. Vectores de Actuação  |   | 17 |
| 3. O Futuro  |   | 19 |
| <b>VI. Direcção de Controlo e Planeamento (DCP)</b>            | » | 21 |
| 1. Competências Atribuídas                                     |   | 21 |
| 2. Actividades Desenvolvidas                                   |   | 21 |
| 3. Pessoal   |   | 22 |
| 4. Acções de Formação  |   | 22 |
| 5. Recursos  |   | 22 |
| <b>VII. Direcção de Informática (DI)</b>                       | » | 25 |
| 1. Linhas De Orientação  |   | 25 |
| 2. Organização e Administração da Rede Informática             |   | 25 |
| 3. Apoio à Organização Administrativa                          |   | 25 |
| 4. Desenvolvimento de Software de Apoio à Área de Investimento |   | 25 |
| 5. O Futuro  |   | 26 |





## I. NOTA DO CONSELHO DIRECTIVO

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS), cujos estatutos foram aprovados em Novembro de 1999, viveu em 2000 um verdadeiro *start-up* como entidade gestora do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), atendendo à sua reorganização tendo em vista a prossecução dos objectivos que lhe estão cometidos legalmente.

Assim, após a aprovação de um adequado regulamento de política de pessoal, procedeu-se à contratação de técnicos superiores qualificados tendo em vista a melhoria da qualidade e o rigor na análise dos mercados e dos produtos financeiros, na actuação e relacionamento com os intermediários financeiros e na definição de objectivos e planeamento.

De igual modo prosseguiu-se o desenvolvimento de sistemas de controlo de *performance* e avaliação de activos, de medidas do risco da carteira e de teste da informação recebida do exterior.

Foram também implementados procedimentos adequados ao atempado *reporting* de informação do IGFCSS e do FEFSS aos órgãos de Tutela, ao Tribunal de Contas, à Direcção Geral do Orçamento, à Comissão de Fiscalização e ao Conselho Consultivo.

Para o efeito foram sendo preenchidas as quatro Direcções do Instituto:

- » Aplicações Financeiras a quem incumbe acompanhar os mercados e propor a realocação dos investimentos;
- » Administrativa e de Contabilidade voltada para a gestão administrativa e de pessoal, elaboração e controlo orçamental e organização contabilística;
- » Controlo e Planeamento dedicada ao registo de operações, valorização de carteiras, controlo de *performance* e de risco e planeamento e;
- » Informática onde se desenvolvem as aplicações dedicadas à prestação de informação de gestão e ao acompanhamento da estrutura informática do Instituto.

Pelas suas atribuições, o IGFCSS é uma instituição diversas vezes mencionada no documento Grandes Opções do Plano, incorporando um papel determinante no sistema de Segurança Social do Estado, designadamente, a gestão das reservas acumuladas nos últimos anos tendo em vista o equilíbrio futuro do sistema.

O esforço concretizado em 2000 permite-nos afirmar que a actual estrutura do IGFCSS assegura uma adequada gestão desses recursos.

Do ponto de vista financeiro, o exercício de 2000, foi um ano difícil, não só para os operadores em geral mas também para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS).

A queda das cotações nos principais índices bolsistas mundiais não deixou, por isso, de ter reflexo nos resultados da carteira do Fundo apesar da exposição ao risco accionista ser relativamente residual.

Face à incerteza das taxas de juro continuámos por outro lado a manter um razoável nível de aplicações de curto prazo de forma a aproveitar eventuais oportunidades de mercado que pudessem surgir em qualquer momento de queda das cotações.

Salientamos que os rendimentos obtidos estiveram ainda sujeitos a retenção de imposto na fonte, valor que totalizou cerca de 3,6 milhões de contos. Além disso, foi mantida uma provisão para imposto não retido em rendimentos de capitais pagos por entidades não residentes cuja utilização está pendente de esclarecimento pela Direcção Geral de Impostos. Porém, com a entrada em vigor da nova lei fiscal, aprovada no final do ano, o Fundo passa a ficar equiparado aos Fundos de Pensões em matéria de fiscalidade.

Sublinhe-se que a partir do exercício 2000 a carteira do FEFSS é avaliada a preços de mercado, excepto na componente obrigacionista de "Investimento Fixo", em que as mais e menos valias são amortizadas até à maturidade.

Nos termos do regulamento de gestão do FEFSS aprovado pela Portaria 375/2000 de 26 de Junho as aplicações do FEFSS só podem ser efectuadas em activos denominados em Euros e é imposto um mínimo de investimento de 50% do Fundo em emissões garantidas pelo Estado Português. Neste último aspecto parecia-nos razoável repensar a situação no sentido de nos 50% se poder incluir dívida soberana de Estados Membros pertencentes à Moeda Única, como acontece noutros fundos similares, mantendo-se todavia um mínimo em dívida pública portuguesa.

A política de investimentos levada a efeito no exercício 2000 pareceu-nos adequada à situação dos mercados financeiros e a sua discussão e aprovação para o ano 2001 constitui uma peça fundamental para a melhoria da *performance* sem aumentar excessivamente o grau de exposição ao risco financeiro e de assinatura.

Os resultados que agora apresentamos são a prova de que, apesar das restrições de mercado e dos constrangimentos legais e operacionais, é possível aumentar o Património da Segurança Social sem pôr em causa a sua sustentabilidade Financeira.

Porto, 12 de Fevereiro de 2001



Apresentação Pública do IGFCSS 5 de Julho 2000



Tomada de posse do Conselho Consultivo 3 de Novembro 2000

## II. ACTIVIDADES MARCANTES EM 2000

- » **Janeiro:**
  - Aprovação da proposta de regulamento de política de pessoal do Instituto
  - Aprovação da proposta de nova estrutura orgânica e novo quadro de pessoal do Instituto
  - Nomeação da Comissão de Fiscalização do Instituto
- » **Fevereiro:**
  - Mudança de instalações do Instituto para o Edifício Capitólio, Av. de França, no Porto
- » **Março:**
  - Contratação de um coordenador para a Direcção de Informática
- » **Abril:**
  - Contratação de um director para a Direcção de Aplicações Financeiras
  - Contratação de uma directora para a Direcção Administrativa e de Contabilidade
- » **Maiço:**
  - Entrega das contas de gerência no Tribunal de Contas
- » **Junho:**
  - Publicação da Portaria 375/2000 de 26 de Junho que aprova o regulamento de gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)
- » **Julho:**
  - Visita de S. Exas. o Ministro do Trabalho e da Solidariedade e Secretário de Estado da Segurança Social às novas instalações do Instituto, no Porto
  - Sessão de apresentação do Instituto e das contas de gerência de 1999, na presença de S. Exas. o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade e Sr. Secretário de Estado da Segurança Social
  - Após a aprovação e publicação do regulamento de gestão do FEFSS, o Conselho Directivo deliberou iniciar um processo de escolha de uma entidade consultora tendo em vista a selecção de entidades especializadas para a gestão de até 20% da carteira do FEFSS
- » **Outubro:**
  - Nomeação dos membros do Conselho Consultivo do Instituto
- » **Novembro:**
  - Sessão de tomada de posse do Conselho Consultivo do Instituto com a presença de S. Exa. o Secretário de Estado da Segurança Social

- Primeira reunião do Conselho Consultivo do Instituto  
Primeiro aniversário do Instituto

- » **Dezembro:**

- Escolha de uma empresa de consultoria para acompanhamento e assessoria no processo de atribuição de mandatos de gestão

- Publicação da Lei 30-G/2000 de 29 de Dezembro que altera o tratamento fiscal dos rendimentos de capitais dos fundos da segurança social geridos em regime de capitalização.



### III. RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO 2000

#### Apresentação

O IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social desenvolveu ao longo do ano de 2000 um esforço significativo de reorganização e sistematização do seu funcionamento compatível com um verdadeiro *start-up* operacional de uma *nova* entidade gestora do FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Nesta missão estiveram presentes também preocupações no sentido de dotar a nova estrutura, criada com a aprovação dos estatutos do IGFCSS pelo Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de Novembro, de capacidade profissional, operacional e técnica para a gestão de outros fundos além do FEFSS.

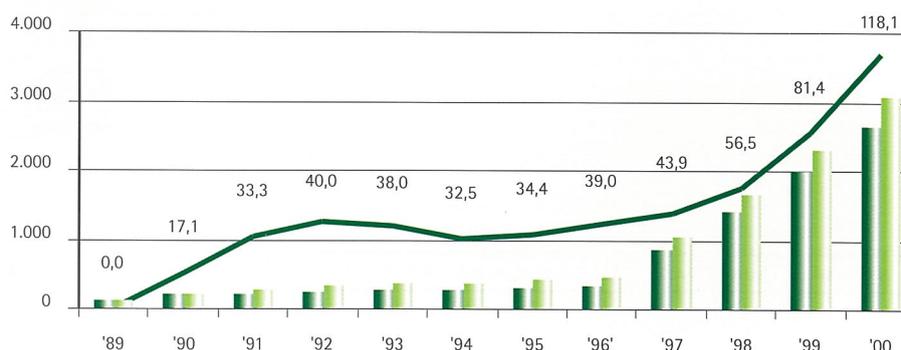
O IGFCSS encerra as contas do exercício de 2000 em Fevereiro de 2001 o que espelha a fluidez de circuitos existente na sua estrutura, impensável há um ano atrás.

#### Situação Patrimonial

As contas do exercício de 2000 do Instituto são apresentadas contendo o património do FEFSS, atendendo ao enquadramento legal existente que não confere a este personalidade jurídica.

Observando as contas globais do IGFCSS (contendo o FEFSS) verifica-se a existência de um capital próprio total de € 3.088 milhões o que demonstra um aumento de € 765,5 milhões com relação às contas de 1999 e de € 723,9 milhões face às contas "pro-forma".

#### SITUAÇÃO PATRIMONIAL



■ Capital ■ Capital Próprio Totais — Resultado Exercício

<sup>1</sup> Destes, € 13,3 milhões foram creditados nas contas do FEFSS com data valor 02.01.2001.

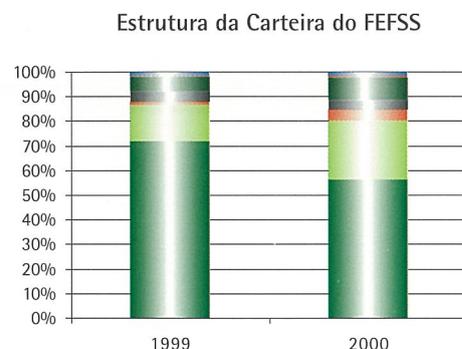
Parte deste aumento é explicado por transferências recebidas em 2000 num total de €672,8 milhões<sup>1</sup> (€ 663,4 milhões dos quais por conta do saldo da execução orçamental da Segurança Social em 1999 e € 9,4 milhões decorrentes do produto da venda de imóveis da Segurança Social), reflexo da aposta do Governo no reforço da capitalização pública do sistema de Segurança Social.

O restante pode subdividir-se entre resultados obtidos em 2000 (€118,1 milhões), variação da reserva de flutuação de valores da componente da carteira do FEFSS de "Investimento Não Fixo" (de € 19,7 para € 3,6 milhões), regularizações de amortizações de imóveis (€ 1 milhão), resultados transitados (€ 0,9 milhões) e regularizações de capital (€ - 29,6 milhões) devidas à anulação dos créditos sobre o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) originados pelos anteriores registos de aumento de capital adquirido feitos com base no orçamentado para as transferências dos excedentes da conta da Segurança Social para o FEFSS, não realizadas na íntegra.

Face às contas "pro-forma" de 31.12.1999 é de referir o efeito neutro sobre resultados decorrente da anulação da provisão constituída para preparar a transição da valorimetria de preços de aquisição para preços de mercado (€ 21,9 milhões) e a variação da reserva de flutuação de valores da componente "Investimento Não Fixo" da carteira do FEFSS (de € 19,7 milhões para € 3,6 milhões).

Quanto à evolução do valor e da estrutura da carteira dos Fundos sob gestão do IGFCSS (em 31.12.2000 apenas o FEFSS), remetemos para os comentários inseridos no relatório autónomo sobre a actividade do Fundo.

#### ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FEFSS



■ Div. Pública Portuguesa ■ Out. Obrigações ■ Títulos Participação ■ Acções ■ Unidades Participação ■ Aplicações Monetárias ■ Imobiliário ■ Valores a receber

#### Actividade do Instituto (IGFCSS)

No que respeita ao funcionamento da estrutura orgânica do Instituto, cujos custos são afectos directamente aos Fundos geridos (à semelhança de uma comissão de gestão), obtém-se um total de € 1.341.393,63, de que se destaca a rubrica de custos com pessoal contribuindo com € 948.535,72, ou seja, 70,7%.



Dos restantes custos, os serviços adquiridos no exterior são em grande parte explicados pelos contratos de fornecimento de informação através dos sistemas *Reuters* e *Bloomberg*.

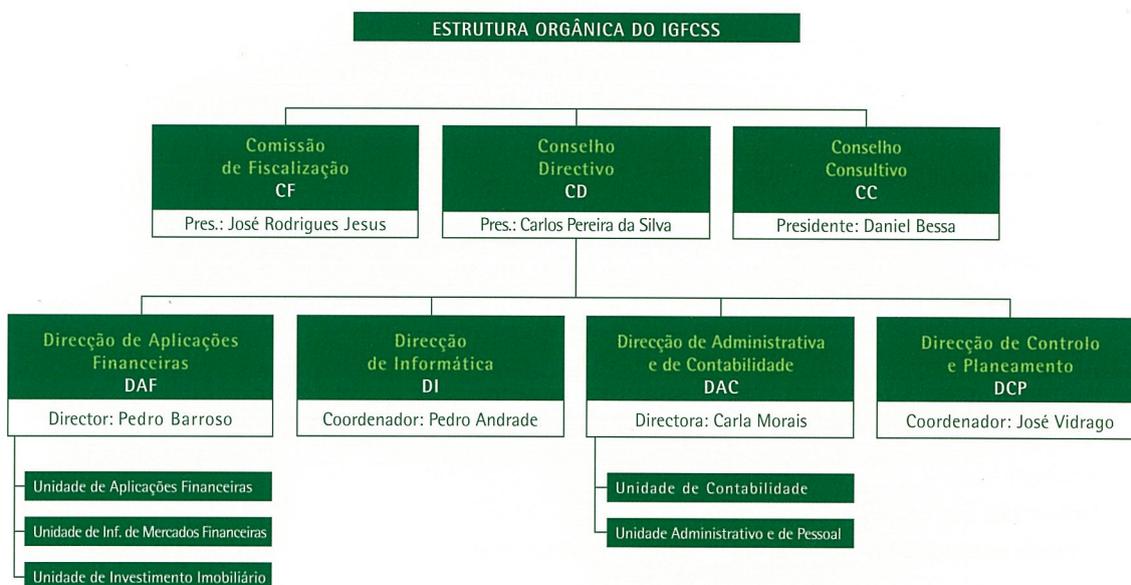
Em termos de activos sob gestão, considerando-se um capital médio gerido ao longo de 2000 (ponderado pelo respectivo prazo de permanência) de € 2.399 milhões, obtém-se um valor dos custos de gestão de 0,056%, substancialmente inferior aos praticados no mercado e em linha com os verificados internacionalmente ao nível dos grandes Fundos de pensões.

Se comparado com o valor final da carteira de € 3.075,1 milhões aquela cifra baixa para 0,044%.

Acrescem, todavia aos custos de gestão do FEFSS os custos de custódia de títulos e os custos de transacção que representaram outros 0,056% do valor médio sob gestão e 0,044% do valor final de carteira.

### Balanço Social

Durante o ano de 2000 o Conselho Directivo, no âmbito da reorganização consequente à criação do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização (IGFCSS), procedeu a uma ambiciosa política de pessoal visando dotar a instituição de recursos humanos adequados ao desempenho da missão assignada.



Com efeito, diagnosticadas graves insuficiências de pessoal, quer em termos qualitativos, quer em termos quantitativos, iniciou-se um processo de preenchimento da estrutura orgânica com o recrutamento de profissionais aptos a prosseguir as linhas de força da reorganização, a saber:

#### Rigor

- » Na análise dos mercados e dos produtos financeiros;
- » Na actuação e relacionamento com os intermediários financeiros;
- » Na definição de objectivos e no planeamento;

#### Controlo

- » Na avaliação dos activos;
- » Dos níveis de risco da carteira;
- » Da informação proveniente do exterior;

#### Profissionalismo

- » Da gestão;
- » Dos colaboradores;

#### Reporting adequado

- » Aos órgãos de Tutela, ao Tribunal de Contas e à Direcção Geral do Orçamento;
- » À Comissão de Fiscalização;
- » Ao Conselho Consultivo.

Em termos concretos, a concretização destas linhas de força traduziu-se em:

**Estrutura Orgânica** - criação de quatro áreas com as seguintes competências principais:

#### Direcção de Aplicações Financeiras

- » Elaborar propostas de orientação na gestão dos Fundos
- » Propor e executar aplicações financeiras (incluindo investimento imobiliário)
- » Desenvolvimento de *research* adequado

#### Direcção Administrativa e de Contabilidade

- » Gestão Administrativa e dos Recursos Humanos
- » Elaboração do Orçamento e controlo da execução orçamental
- » Organização contabilística do Instituto e dos seus Fundos

#### Direcção de Controlo e Planeamento

- » Registo, controlo e valorização das carteiras de aplicações
- » Avaliação dos riscos das carteiras
- » Produção dos respectivos relatórios e análises
- » Elaboração dos Plano e Relatório de Actividades
- » Estabelecimento de planos de actuação anuais e pluri-anuais

#### Direcção de Informática

- » Elaborar o plano da estrutura informática
- » Desenvolver a política de gestão de dados
- » Avaliar as necessidades da estrutura

**Quadro de Pessoal** - criação de um quadro específico de pessoal, contratado ao abrigo do Contrato Individual de Trabalho e baseado no ACTV da actividade bancária.

Beneficiando da maior celeridade do processo de recrutamento e da possibilidade de estabelecer níveis de retribuição mais adequados, prosseguiu-se uma política de recrutamento de quadros técnicos, visando um reforço acentuado da capacidade técnica e de enquadramento.



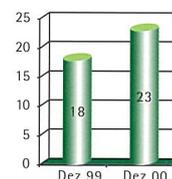
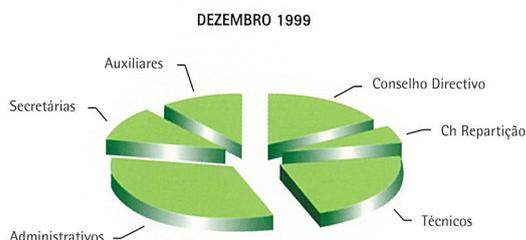
Em Dezembro de 2000, coexistem dois quadros de pessoal (quadro de colaboradores ao abrigo do Contrato Individual de Trabalho e quadro da Função Pública), num total de 23 trabalhadores (incluindo o conselho directivo), estando 2 trabalhadores em situação de requisição noutros organismos públicos.

O quadro de pessoal adstrito a funções de natureza técnica ou de enquadramento passou de um *ratio* de 44% no final de 1999 para 57% em Dezembro de 2000.

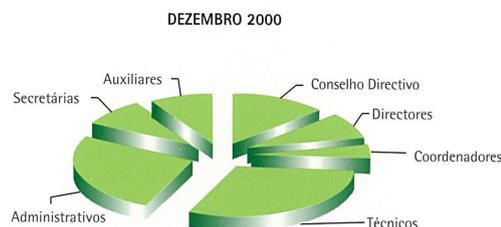
Também o nível de habilitações foi reforçado - cerca de 65% dos colaboradores do Instituto de Gestão de Fundos possuem como habilitação o grau de bacharelato ou superior (contra 50% no final de 1999), sendo fortemente incentivada e apoiada a frequência de acções de formação quer de carácter genérico, quer de carácter técnico especializado.

Este desenvolvimento da estrutura do pessoal reflecte-se também na diminuição da idade média que passou do segmento 40-45 anos para o segmento 35-40 anos de idade.

**EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL**



Claro reforço da capacidade técnica e de enquadramento conferida ao IGFCSS







## IV. DIRECÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS (DAF)

### Introdução

O ano 2000 apresentou-se como o ano base de constituição, planeamento e implementação da Direcção de Aplicações Financeiras no desenvolvimento da actividade do Instituto. Neste ano foi constituída a direcção com a contratação de um director e o estabelecimento de um conjunto de competências necessárias à realização das actividades exigidas pelo Instituto.

### Competências atribuídas

A componente da gestão financeira dos fundos sob gestão (neste ano apenas o FEFSS) é da competência da DAF, de acordo com a política de investimentos estabelecida pela Portaria 375/2000, e das orientações do Conselho Directivo. O âmbito de intervenção da DAF distribuiu-se por:

- » Estudar, analisar e elaborar pareceres de carácter económico-financeiro, sobre os mercados de capitais e as suas perspectivas de evolução (variáveis macro-económicas, mercados monetários e cambiais, evolução das taxas de juro de curto, médio e longo prazo e mercados accionistas)
- » Monitorar e propor alterações na composição dos Fundos
- » Intervir nos mercados e executar as políticas de investimento aprovadas
- » Estabelecer processos de análise estatística e controlo das políticas aprovadas

### Actividades desenvolvidas

As actividades e processos criados e desenvolvidos durante o ano 2000 apresentaram por um lado a sua característica pioneira, já que elaborados pela primeira vez, e por outro a necessidade de apresentar um nível elevado comparável com os padrões do sector (gestão de fundos) a nível nacional e internacional. É de salientar a complexidade do processo de organização que esteve a ser estabelecido em paralelo com a gestão efectiva do fundo que não poderia parar, sempre tendo a máxima atenção o acompanhamento da evolução dos mercados e a sua correspondente gestão criteriosa.

Deste modo poderemos salientar:

- Organização e divisão orgânica das competências quer ao nível de tipo de activo (rendimento fixo, rendimento variável), quer ao nível de tipo de intervenção (estudo do mercado, análise de propostas, execução e intervenção nos mercados), quer ao nível da monitorização (da política geral, dos modelos de investimento, dos investimentos consoante a sua perspectiva de detenção na carteira – curto prazo vs. longo prazo).
- Preparação para a resposta, no mais curto espaço de tempo, a propostas de investimento, alterações de condições de mercado e mudança nas políticas, no que respeita à análise, avaliação (com alguns processos relativamente complexos – ex.: avaliação de produtos estruturados) e decisão devidamente suportadas.
- Criação de modelos de investimento nas subclasses de activos com monitorização *on-line*, criando capacidade de intervenção (suportada e justificada) praticamente imediata e estabelecendo um alto

grau de flexibilidade na gestão do fundo, necessário à sua actuação nos mercados financeiros internacionais.

- Estabelecimento de processos de varrimento de toda a informação recebida, quer de fontes gerais e públicas (jornais e revistas, agências noticiosas internacionais, informações de emitentes e empresas), de fontes privadas (acesso directo ao *research* das maiores e mais eminentes instituições financeiras nacionais e internacionais), ou de fontes internas (estudos e *research* dos membros da DAF).
- Estabelecimento de formas de monitorização, controlo e explicação das rendibilidades obtidas e sua continuação ou alteração.

### Pessoal

Face às actividades que exigem a utilização de recursos humanos altamente especializados, os colaboradores desta direcção terão de ter formação de base específica relacionada com os mercados financeiros. Os colaboradores que constituem a DAF apresentam, todos, licenciaturas adequadas, acrescidas de pós-graduações (já obtidas ou em curso), na área financeira.

### Acções de formação frequentadas

A monitorização dos mercados financeiros exige uma formação constante tanto ao nível do estudo de novas técnicas e procedimentos como ao nível de novas ideias e tendências dos mercados. Isto obriga a um conjunto abrangente de formação (para além da formação de base especializada de cada um dos elementos) que se diversifica por assistência a seminários e conferências, participação em cursos especializados e reuniões/apresentações com diversos intervenientes no sistema financeiro (monetário e de capitais) ao nível europeu e mundial. Desta forma, esta Direcção apresenta um elevado ritmo de contactos com entidades financeiras (bancos, corretores, *dealers*, gestores de activos, analistas financeiros, economistas, entidades emitentes, etc.) e de participação naquele tipo de eventos.

### Recursos Técnicos

A actividade específica desenvolvida requer um nível de meios técnicos altamente sofisticados e especializados, quer para o acompanhamento dos mercados financeiros mundiais, quer para o suporte da análise, avaliação e decisão efectuadas na gestão dos investimentos.

Estes meios deverão estar em linha com o que é utilizado pelas empresas financeiras líderes a nível mundial face ao elevado grau de tecnologia exigida e à facilidade de transferência de informação proporcionada pelo desenvolvimento das telecomunicações.

Por conseguinte, para a DAF, a componente tecnológica é de primordial importância. Desta forma, e para além dos meios técnicos normalmente utilizados pelos colaboradores do Instituto, a DAF foi dotada de recursos de grande utilidade para a persecução das actividades: Terminais *Bloomberg* e *Reuters* conjugados com um elevado grau de utilização da Internet e *E-mail*.



## V. DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E DE CONTABILIDADE (DAC)

### 1. Introdução

O ano 2000 foi para a Direcção Administrativa e de Contabilidade (DAC) do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS) um marco no processo de reestruturação que se pretende concluir já no primeiro semestre do ano 2001.

A reestruturação, no seguimento da nova estrutura orgânica com a divisão em novas direcções e departamentos no início de 2000, resultantes da criação do próprio Instituto, foi executada a vários níveis e com implicações diversas.

Em termos de recursos humanos, a maior amplitude de competências no seio da DAC implicou, desde logo, em Março e Abril, a contratação de dois funcionários com habilitações superiores e experiência ao nível da gestão, designadamente da sua Directora.

A existência de um concurso público misto, em curso à data da constituição do Instituto, culminou em Novembro com a nomeação de duas chefes de secção. Adicionalmente, a aposentação da chefe de repartição da anterior estrutura orgânica, o falecimento de uma técnica de contabilidade, a requisição pela DREN de uma administrativa, a transferência de uma outra para o CRSS-N, a admissão de uma secretária e um estágio curricular dado no âmbito de um protocolo celebrado com uma escola profissional, ao longo do ano, dão nota da rotação de recursos humanos afectos a esta Direcção durante o ano 2000 e permitem concluir do esforço adicional necessário de toda a equipa da DAC para levar por diante a concretização do seu plano de actividades. Também ao nível das relações interdepartamentais e com o Conselho Directivo se verificaram alterações significativas, tendo sido necessário estabelecer e/ou redefinir critérios e circuitos de prestação/recepção de informação, designadamente com a Direcção de Controlo e Planeamento, tendo em vista um controlo mais eficaz na gestão corrente do Instituto e do(s) Fundo(s) sob gestão.

Ainda no âmbito das relações da DAC foi necessário estabelecer e fortalecer laços de cooperação para uma mais célere e objectiva prestação/obtenção de informação com entidades diversas que se incluem na esfera institucional do Instituto, nomeadamente, Tribunal de Contas, Serviços do Ministério do Trabalho e Solidariedade, Comissão de Normalização Contabilística, Direcção-Geral do Orçamento, Direcção-Geral do Património, Instituto Nacional de Estatística.

No seguimento da criação do Instituto, a nomeação em 2000 dos órgãos Consultivo e de Fiscalização, implicou, sobretudo em relação à Comissão de Fiscalização, um acompanhamento muito particular quer pela disponibilização periódica de informação quer pelas auditorias efectuadas às contas.

Em termos operacionais as opções foram no sentido de implementar: a sistematização da informação ao nível da própria Direcção, a desburocratização nos procedimentos internos à Direcção e na transmissão/fornecimento de informação ao exterior, a modernização dos instrumentos de trabalho, a generalização da adopção de novas tecnologias de informação e a adopção do Euro como moeda de referência nos registos contabilísticos.

### 2. Vectores de Actuação

#### 2.1 Contabilidade

A introdução do Euro na contabilidade, bem como a obrigatoriedade de entrega de duas contas de gerência relativamente ao ano de 1999 (do FEFSS e do IGFCSS) e a recuperação dos atrasos na contabilidade foram tarefas que ocuparam praticamente todo o primeiro semestre de 2000.

No segundo semestre procurou-se manter o ritmo implementado nos registos contabilísticos o que permitiu começar a cumprir com regularidade o envio de informação e estatísticas para os organismos que tutelam e/ou fiscalizam o Instituto.

Naturalmente que o assunto não se esgotou no que fica descrito, pois houve necessidade de tratar a "matéria subjacente", ou seja, a elaboração dos orçamentos, o fornecimento corrente de dados de gestão ao Conselho Directivo e a contratação de bens e serviços, entre outras.

A DAC foi também chamada a elaborar um parecer com esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas sobre a gerência de 1998.

A DAC foi ainda chamada a intervir em *dossiers* diversos, nomeadamente na fiscalidade, no regulamento de valorimetria do FEFSS, na aquisição de imóveis, na elaboração de regulamentos internos.

Procurou-se, neste segmento, da contabilidade, em particular, dar uma resposta correcta, objectiva, com qualidade e em tempo oportuno.

## 2.2 Administrativo

Nesta vertente, que engloba assuntos tão diversificados como sejam a gestão de: instalações, frota de viaturas, arquivos, biblioteca, cadastro de bens, carteira de seguros, entre outros, também foi necessário proceder a ajustamentos relevantes.

Desde logo, em Fevereiro de 2000, a mudança de instalações obrigou a uma redistribuição das pessoas no novo espaço, e implicou a criação de *layouts* específicos para postos de trabalho individual e em grupo, bem como zonas sociais e de acesso ao público.

Procurou-se, também, dotar as instalações de equipamentos sociais e de bens de higiene e conforto, tendentes à criação de um ambiente agradável onde os funcionários sintam um acrescido bem estar enquanto desempenham as suas funções.

A aquisição do parque automóvel em 2000, pelas variadas exigências legais que lhe estão implícitas, tomou também algum do tempo disponível.

Relativamente a seguros foi necessário negociar com um conjunto alargado de seguradores o pacote de prémios e coberturas para salvaguarda de pessoas e bens (acidentes de trabalho, doença, viaturas, imóveis, recheio do estabelecimento).

A DAC participou na preparação e montagem dos eventos públicos do Instituto no ano 2000: em 5 de Julho com a apresentação pública do IGFCSS em que estiveram presentes o Senhor Ministro do Trabalho e Solidariedade e o Senhor Secretário de Estado da Segurança Social; em 3 de Novembro com a tomada de posse do Conselho Consultivo no qual esteve presente o Senhor Secretário de Estado da Segurança Social.

Iniciou-se em 2000 o arquivo fotográfico de eventos públicos do Instituto e também das notícias divulgadas pela comunicação social de que a instituição seja alvo. Sobre o tema arquivos, registou-se também o levantamento de grande parte do arquivo existente desde a data de criação do FEFSS e o registo em suporte informático de todo o acervo documental mais relevante.

Em termos de utilização de novas tecnologias, generalizou-se na DAC a utilização da Internet, do correio e agenda electrónicos e de *interfaces* electrónicos com bancos.

## 2.3 Pessoal

Embora o item "pessoal" esteja, em termos de estrutura organizativa, inserido no tema do ponto anterior, pelos especiais contornos de que se revestiu em 2000 merece um particular destaque.



- A conjugação no seio do Instituto de dois quadros de pessoal com diferente enquadramento jurídico – funcionários com vínculo à função pública ligados ao FEFSS e funcionários com contrato individual de trabalho admitidos após a criação do IGFCSS – e provenientes de diferentes culturas, foi matéria merecedora de delicado acompanhamento tendo em vista inculcar um espírito cooperante na implementação do projecto e missão propostos.

Assim, um grande esforço foi aplicado na adaptação de pessoas e métodos de trabalho com o intuito de se conseguir a elevação da imagem corporativa com que o Instituto se pretende afirmar no âmbito do Ministério a que pertence, em particular, e na esfera financeira, em geral.

Dentro desta linha de actuação, foram criadas pelo Conselho Directivo condições para uma comunicação aberta, transparente e de mútua confiança. Neste sentido, foram implementadas reuniões periódicas com os Directores de cada área e as “reuniões de acompanhamento” onde têm assento, uma vez por mês, os Directores e Coordenadores e os membros do Conselho Directivo. São reuniões onde construtivamente se analisam as questões e cujo resultado se pretende seja a alavancagem do desenvolvimento individual e organizacional.

Durante o ano foram levados a cabo vários eventos de grupo, destacando-se a celebração dos aniversários dos funcionários, do primeiro aniversário do IGFCSS e o Jantar de Natal.

A DAC, na pessoa da sua Directora, participou em reuniões em instituições diversas e em eventos promovidos pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade, no I Encontro de Dirigentes do MTS, a título de exemplo.

### 3. O Futuro

Na linha de contínua evolução, perspectivam-se como principais objectivos já para o primeiro semestre de 2001: a implementação do POCP – Plano Oficial de Contabilidade Pública e de contabilidade analítica e ainda a contabilização automática das operações da carteira do FEFSS.

Tendo o Instituto sedimentado a sua área central de actividade – a gestão do FEFSS –, ao mesmo tempo que se prepara para alargar o seu leque de actividades num futuro próximo, a DAC não deixou também de se preparar para esses novos desafios, criando e motivando uma equipa de profissionais capazes de garantir o sucesso que todos ambicionam, tendo presente que cada novo ano é apenas mais uma etapa de um processo de cada vez maior afirmação da Instituição.





## VI. DIRECÇÃO DE CONTROLO E PLANEAMENTO (DCP)

### 1. Competências Atribuídas

Além das competências atribuídas à Direcção de Controlo e Planeamento (DCP), nos termos do art.º 9º da estrutura orgânica do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS), nomeadamente:

- » a manutenção de registo actualizado das transacções efectuadas, por forma a permitir o controlo permanente da posição da carteira de aplicações e a previsão de fundos libertos;
- » valorização periódica da carteira de aplicações;
- » apoio à contabilidade, através do fornecimento de informação, com vista aos registos contabilísticos relacionados com a carteira de aplicações dos Fundos sob gestão do IGFCSS;
- » colaboração na elaboração do projecto de orçamento do IGFCSS, elaborar os seus relatórios e planos de actividades e ainda os seus planos pluri-anuais;
- » elaborar planos e relatórios de actividades dos Fundos sob gestão do IGFCSS;
- » colaborar na prestação de informação à Comissão de Fiscalização e aos outros órgãos tutelares;

há que salientar a assunção, durante o ano 2000, de responsabilidades adicionais com vista a:

- » aferir do cumprimento do disposto nos Regulamentos de Gestão dos Fundos sob gestão;
- » proceder a análises de rentabilidade e de exposição a risco de mercado dos valores mobiliários detidos em carteira;
- » assegurar a instrução, às contrapartes e entidade liquidadora, de procedimentos de liquidação adequados à correcta concretização das operações;
- » verificação da boa aplicação das regras estabelecidas contratualmente quanto às comissões de custódia, remuneração de títulos, aplicações a prazo e aplicações à ordem;
- » assegurar o acompanhamento dos eventos técnicos que ocorram em títulos detidos em carteira;
- » outras tipicamente associadas ao *middle* e *back office* de instituições operando no mercado financeiro;

### 2. Actividades Desenvolvidas

Obviamente que tais atribuições se repercutem de forma variada na actividade da Direcção de Controlo e Planeamento, actividade essa que compreendeu, no que diz respeito ao ano de 2000, a prossecução de uma série ampla de tarefas destinadas à estabilização de uma plataforma fidedigna em que o IGFCSS se possa fundamentar para efeitos das mais diversas análises.

Este é um esforço que, longe de concluído, irá prosseguir ao longo do ano 2001 no sentido de providenciar uma maior automatização e rigor na introdução de "elementos" no sistema de registo de carteiras bem como na obtenção e tratamento do respectivo "*output*".

Este esforço consistiu, no que ao ano de 2000 diz respeito, na prossecução de um conjunto de tarefas amplo e de inequívoca importância que passamos a enumerar, embora de forma não totalmente exaustiva:

- » Com implicações a nível de ajustamentos prévios ao Sistema de Gestão de Carteiras:
  - Conciliação de saldos Bancários (tesouraria) com a Direcção Administrativa e de Contabilidade (DAC);

- Conciliação da Carteira de Títulos com a DAC;
- Conciliação de Rendimentos com a DAC;
- Implementação de uma rotina de apuramento do imposto a regularizar e sua conciliação com provisões registadas na DAC;
- » Implementação de:
  - Solução para o tratamento de Empréstimos de Valores;
  - Discriminação de operações de levantamento e depósito de fundos não associadas a transacções concretas;
  - Tratamento automatizado de operações de aumento de capital;
  - Rotinas para produção de estatísticas periódicas para diversas instituições (Instituto de Gestão de Crédito Público, Direcção Geral do Orçamento, Direcção Geral do Tesouro e Banco de Portugal)
- » Carregamento de históricos de preços (*Bloomberg*, *Reuters* e Contribuições Externas) e implementação de rotinas de recolha periódica através das mesmas fontes, no que respeita a:
  - Fundos de Investimento;
  - Dívida Pública e Privada Estrangeira;
  - Acções Estrangeiras;
  - Produtos Estruturados;
- » Parametrização de um novo critério de valorização da carteira do FEFSS de forma a reflectir o novo regulamento de valorimetria, entretanto aprovado pelo Conselho Directivo e pela Comissão de Fiscalização (precedida da realização de testes e simulações periódicas);

### 3. Pessoal

Embora o quadro de pessoal ao abrigo do regime de contrato individual de trabalho preveja um Director, um Técnico Coordenador e um Técnico, a equipa é, actualmente composta por dois técnicos (um dos quais pertencente ao supra mencionado quadro de pessoal ao abrigo do regime de contrato individual de trabalho), número com que a Direcção funcionou durante o ano de 2000.

### 4. Acções de Formação

A este nível há a mencionar a frequência, por parte de um dos técnicos, de uma acção de formação, leccionada pelo Centro Estudos de Gestão e Economia da Universidade Nova de Lisboa (CEGE-UNL), entidade responsável pelo desenvolvimento do "software" de gestão de carteiras usado pelo IGFSS.

### 5. Recursos

No que diz respeito aos recursos técnicos à disposição do departamento, sendo utilizado, como elemento básico de trabalho um Sistema de Gestão de Carteiras fornecido pelo CEGE-UNL, providenciou-se a instalação de postos de trabalho adicionais desse mesmo Sistema bem como à aquisição de uma aplicação destinada a melhorar o respectivo funcionamento em rede.

Dada a necessidade sentida pela Direcção de Controlo e Planeamento de acesso a informação veiculada pela *Bloomberg*, encontra-se em fase de instalação um terminal destinado a uso exclusivo deste departamento.



- É também de destacar o apoio prestado, internamente, pela Direcção de Informática na concepção de "software" destinado a melhorar o desempenho no abastecimento de dados ao Sistema bem como no tratamento de informação que a Direcção de Controlo e Planeamento fornece a outras Direcções do IGFCSS, encontrando-se em fase de testes a implementação de "software" destinado a providenciar o cálculo automático de rentabilidades.





## VII. DIRECÇÃO DE INFORMÁTICA (DI)

### 1. Linhas De Orientação

A criação do IGFCSS e a dinâmica imposta pelo seu crescimento implicou uma radical alteração ao nível das necessidades informáticas. Nesse âmbito, a criação da DI veio possibilitar a identificação das necessidades e a implementação das medidas necessárias à reformulação do parque informático herdado do FEFSS.

Deste modo, durante o ano 2000, a actividade da DI desenvolveu-se em três vectores fundamentais: Organização e administração da rede informática, apoio à organização administrativa e desenvolvimento de *software* de acompanhamento e de apoio à decisão de investimento.

### 2. Organização e Administração da Rede Informática

Não existindo no início do ano uma verdadeira rede informática (mas apenas um conjunto de computadores ligados entre si), a reformulação total impunha-se, por razões óbvias de organização, eficiência e segurança.

Deste modo procedeu-se ao levantamento do equipamento existente e, com o apoio do IIES (Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade), procedeu-se à substituição de todo o *software*, nomeadamente sistemas operativos e aplicativos, bem como à instalação de um novo servidor, operação que ficou concluída em Outubro de 2000, sem qualquer prejuízo para o normal funcionamento do Instituto.

A rede actual é integralmente gerida pela DI, estando a informação devidamente estruturada e o seu acesso protegido por regras de acessibilidade. Toda a informação produzida pelo Instituto é carregada no servidor, sendo efectuado um *backup* integral, diário, do seu conteúdo.

Refira-se ainda que o tipo de rede instalada (*Windows NT*) é semelhante à existente nos demais organismos da Segurança Social, o que facilita a cooperação com o IIES.

### 3. Apoio à Organização Administrativa

O crescimento da estrutura orgânica do Instituto criou toda uma gama de necessidades internas de organização administrativa, às quais a DI procurou dar resposta, desenvolvendo uma série de instrumentos de trabalho com vista à:

- » Normalização da documentação - criação de modelos para todos os documentos internos do Instituto
- » Organização e tratamento de informação - desenvolvimento de interfaces ligados a bases de dados como o registo da correspondência, contactos, biblioteca, *curriculum* de candidatos a vagas no instituto, diplomas legais, etc.
- » Neste domínio, refira-se ainda o apoio dado pela DI no desenvolvimento da apresentação pública do IGFCSS, no que respeita à produção dos meios audiovisuais utilizados.

### 4. Desenvolvimento de Software de Apoio à Área de Investimento

Respondendo às necessidades evidenciadas no domínio do acompanhamento e análise de performance da carteira de títulos sob gestão, a DI desenvolveu *software*, destacando-se:

- » a aplicação para a elaboração de mapas, que permite criar mapas tendo por base informação do sistema de gestão de carteiras, e da qual se extrai informação tão diversa como a estrutura da carteira, o grau de exposição face aos emitentes ou os movimentos ocorridos na carteira durante um ano e;
- » a aplicação de cálculo de rentabilidades, que permite calcular num dado período a rentabilidade de um título ou conjunto de títulos. A aplicação possibilita a construção personalizada de grupos de títulos, determina a rentabilidade global ou individual, permite a análise com ou sem convergência para o valor nominal e elabora gráficos de valorização e de rentabilidade.

## 5. O Futuro

O ano de 2001 será marcado pela continuação do esforço de organização interna, nomeadamente ao nível da rede informática já que o crescimento orgânico do IGFCSS tem implicado um crescimento do número de utilizadores.

No que diz respeito ao desenvolvimento de *software*, dar-se-á continuidade à aplicação de cálculo de rentabilidades (actualmente em fase de testes) que, longe de se esgotar no simples cálculo, constituirá a base para outras plataformas de apoio à decisão como a *performance attribution* e a análise de risco.



Balanço Analítico  
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000

Unidade: PTE

| Código                              | Designação                                 | 01.01.2000 a 31.12.2000 |                             | Pró - Forma -<br>09/11 a 31/12/99 |                    | 09.11.1999 a<br>31.12.1999 |
|-------------------------------------|--|-------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|--------------------|----------------------------|
|                                     |  | Activo<br>Bruto         | Provisões e<br>Amortizações | Activo<br>Líquido                 | Activo<br>Líquido  | Activo<br>Líquido          |
| ACTIVO                              |  |                         |                             |                                   |                    |                            |
| Imobilizado:                        |  |                         |                             |                                   |                    |                            |
| Imobilizações Corpóreas             |  |                         |                             |                                   |                    |                            |
| 424                                 | Equipamento de Transporte                  | 18.469.257,00           | 5.783.551,00                | 12.685.706,00                     | 3.498.694,00       | 3.498.694,00               |
| 426                                 | Equipamento Administrativo                 | 41.019.074,00           | 23.142.133,00               | 17.876.941,00                     | 8.708.152,00       | 8.708.152,00               |
| 429                                 | Outras Imobilizações Corpóreas             | 45.251.465,00           | 40.208.148,00               | 5.043.317,00                      | 8.869.955,00       | 8.869.955,00               |
|                                     |  | 104.739.796,00          | 69.133.832,00               | 35.605.964,00                     | 21.076.801,00      | 21.076.801,00              |
| Investimentos Financeiros           |  |                         |                             |                                   |                    |                            |
| 414                                 | Investimentos em Imóveis                   | 5.350.442.998,00        | 98.284.622,00               | 5.252.158.376,00                  | 2.170.495.583,00   | 2.170.495.583,00           |
| 417                                 | Efeitos de Valorização - Inv. Imóveis      | 123.139.370,00          |                             | 123.139.370,00                    | 0,00               | 0,00                       |
|                                     |  | 5.473.582.368,00        |                             | 5.375.297.746,00                  | 2.170.495.583,00   | 2.170.495.583,00           |
| Circulante:                         |  |                         |                             |                                   |                    |                            |
| Dividas de Terceiros - Curto Prazo: |  |                         |                             |                                   |                    |                            |
| 268                                 | Outros Devedores                           | 2.667.923.752,00        |                             | 2.667.923.752,00                  | 16.409.018.431,00  | 16.409.018.431,00          |
|                                     |  | 2.667.923.752,00        |                             | 2.667.923.752,00                  | 16.409.018.431,00  | 16.409.018.431,00          |
| Títulos Negociáveis:                |  |                         |                             |                                   |                    |                            |
| 151                                 | Ações                                      | 27.698.482.110,00       |                             | 27.698.482.110,00                 | 5.977.729.206,80   | 5.977.729.206,80           |
| 152                                 | Obrigações e Títulos de Participação       | 141.704.726.611,00      |                             | 141.704.726.611,00                | 71.907.124.477,90  | 71.907.124.477,90          |
| 153                                 | Títulos Dívida Pública e Garant Estado     | 344.910.639.286,00      |                             | 344.910.639.286,00                | 327.948.360.092,30 | 323.545.754.810,30         |
| 154                                 | Fundos de Investimento                     | 21.922.302.352,00       |                             | 21.922.302.352,00                 | 17.498.416.946,50  | 17.498.416.946,50          |
| 157                                 | Efeitos de Valorização e Pendentes de Liq. | 10.245.868.099,00       |                             | 10.245.868.099,00                 | 3.941.699.677,48   | 0,00                       |
| 159                                 | Outros Títulos                             | 0,00                    |                             | 0,00                              | 700.568.262,00     | 700.568.262,00             |
|                                     |  | 546.482.018.458,00      |                             | 546.482.018.458,00                | 427.973.898.662,98 | 419.629.593.703,50         |
| Depósitos Bancários e Caixa :       |  |                         |                             |                                   |                    |                            |
| 12+13                               | Depósitos Bancários                        | 63.638.615.332,00       |                             | 63.638.615.332,00                 | 31.177.367.063,50  | 31.177.367.063,50          |
| 11                                  | Caixa                                      | 0,00                    |                             | 0,00                              | 0,00               | 0,00                       |
|                                     |  | 63.638.615.332,00       |                             | 63.638.615.332,00                 | 31.177.367.063,50  | 31.177.367.063,50          |
| Acréscimos e Diferimentos:          |  |                         |                             |                                   |                    |                            |
| 271                                 | Acréscimos de Proveitos                    | 9.231.253.463,00        |                             | 9.231.253.463,00                  | 7.361.384.142,10   | 7.361.384.142,10           |
| 272                                 | Custos Diferidos                           | 2.969.367,00            |                             | 2.969.367,00                      | 939.572,00         | 939.572,00                 |
| 275                                 | Ajustes Diários em contratos de Futuros    | 0,00                    |                             | 0,00                              | 5.058.335,00       | 5.058.335,00               |
|                                     |  | 9.234.222.830,00        |                             | 9.234.222.830,00                  | 7.367.382.049,10   | 7.367.382.049,10           |
|                                     | <i>Total de Amortizações</i>               |                         | 69.133.832,00               |                                   |                    |                            |
|                                     | <i>Total de Provisões</i>                  |                         | 0,00                        |                                   |                    |                            |
|                                     | <i>Total do Activo</i>                     | 627.601.102.536,00      | 69.133.832,00               | 627.433.684.082,00                | 485.119.238.590,58 | 476.774.933.631,10         |



Balço Analítico  
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000

Unidade: PTE

| Código                                       | Designação                           | 01.01.2000 a<br>31.12.2000 | Pró - Forma -<br>09/11 a 31/12/99 | 09.11.1999 a<br>31.12.1999 |
|--|--------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO                    |                                      |                            |                                   |                            |
| Capital Próprio:                             |                                      |                            |                                   |                            |
| Capital:                                     |                                      |                            |                                   |                            |
| 511  | Capital Inicial                      | 43.406.319.704,00          | 43.406.319.704,00                 | 43.406.319.704,00          |
| 512  | Capital Adquirido                    | 486.342.144.377,00         | 357.280.811.349,80                | 357.280.811.349,80         |
| 57   | Reservas Especiais                   | 730.461.551,00             | 3.941.699.677,48                  | 0,00                       |
| Reservas Obrigatórias:                       |                                      |                            |                                   |                            |
| 561  | Reserva Legal                        | 1.957.720.377,00           | 1.957.720.376,60                  | 1.957.720.376,60           |
| 562  | Reserva Especial Capitalização       | 18.696.687.155,00          | 18.696.687.153,10                 | 18.696.687.153,10          |
| 59   | Resultados Transitados               | 44.272.719.748,00          | 44.091.112.936,00                 | 44.091.112.936,00          |
| 88   | Resultado Líquido do Exercício       | 23.681.448.493,00          | 4.584.212.094,40                  | 181.606.812,40             |
|  |                                      | <u>619.087.501.405,00</u>  | <u>473.958.563.291,38</u>         | <u>465.614.258.331,90</u>  |
| Dividas a Terceiros-Curto Prazo:             |                                      |                            |                                   |                            |
| 24   | Estado e Outros Entes Públicos       | 5.148.832,00               | 1.687.033,00                      | 1.687.033,00               |
| 268  | Outros Credores                      | 7.864.938.172,00           | 10.906.495.372,00                 | 10.906.495.372,00          |
| 29   | Provisão P/ Outros Riscos e Encargos | 314.199.978,00             | 206.945.428,50                    | 206.945.428,50             |
|  |                                      | <u>8.184.286.982,00</u>    | <u>11.115.127.833,50</u>          | <u>11.115.127.833,50</u>   |
| Acréscimos e Diferimentos:                   |                                      |                            |                                   |                            |
| 273  | Acréscimos de Custos                 | 161.895.695,00             | 45.547.465,70                     | 45.547.465,70              |
|  |                                      | <u>161.895.695,00</u>      | <u>45.547.465,70</u>              | <u>45.547.465,70</u>       |
| <i>Total do Capital Próprio e do Passivo</i> |                                      | <u>627.433.684.082,00</u>  | <u>485.119.238.590,58</u>         | <u>476.774.933.631,10</u>  |

Demonstração dos Resultados  
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000

Unidade: PTE

| Código                | Designação  | 01.01.2000 a 31.12.2000  |                   | Pró- Forma -<br>09.11.1999 a 31.12.1999 |                  | 09.11.1999 a 31.12.1999 |                  |
|-----------------------|---|--------------------------|-------------------|---|------------------|-------------------------|------------------|
| CUSTOS E PERDAS       |   |                          |                   |   |                  |                         |                  |
| 62                    | Fornecimentos e Serviços Externos                 | 86.614.575,00            |                   | 14.143.270,00                           |                  | 14.143.270,00           |                  |
| Custos com o Pessoal: |   |                          |                   |   |                  |                         |                  |
| 642                   | Remunerações                                      | 159.521.400,00           |                   | 9.414.736,00                            |                  | 9.414.736,00            |                  |
| Encargos Sociais:     |   |                          |                   |   |                  |                         |                  |
| 645/8                 | Outros  | 30.642.937,00            | 190.164.337,00    | 3.026.315,50                            | 12.441.051,50    | 3.026.315,50            | 12.441.051,50    |
| 66                    | Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo | 15.504.929,00            |                   | 5.332.953,00                            |                  | 5.332.953,00            |                  |
| 67                    | Provisões do Exercício                            | 383.076.587,00           |                   | 187.634.667,60                          |                  | 187.634.667,60          |                  |
| 63                    | Impostos  | 3.615.782.757,00         |                   | 1.061.408.125,80                        |                  | 1.061.408.125,80        |                  |
|                       |   | <u>4.291.143.185,00</u>  |                   | <u>1.280.960.067,90</u>                 |                  | <u>1.280.960.067,90</u> |                  |
|                       |   |                          |                   |   |                  |                         |                  |
| 683                   | Amortizações de Investimentos em Imóveis          | 0,00                     |                   | 7.627.082,00                            |                  | 7.627.082,00            |                  |
| 684                   | Provisões P/Aplicações de Tesouraria              | 0,00                     |                   | 1.574.442.613,00                        |                  | 1.574.442.613,00        |                  |
| 687                   | Perdas na Alienação Aplicações de Tesouraria      | 957.271.673,00           |                   | 38.631.578,00                           |                  | 38.631.578,00           |                  |
| 685/688/9             | Outros Custos e Perdas Financeiros                | 6.940.833.389,00         | 7.898.105.062,00  | 4.145.884.151,20                        | 5.766.585.424,20 | 4.145.884.151,20        | 5.766.585.424,20 |
| 69                    | Custos e Perdas Extraordinários                   | 621.690.679,00           |                   |   |                  |                         |                  |
|                       |   | 12.810.938.926,00        |                   | 7.047.545.492,10                        |                  | 7.047.545.492,10        |                  |
| 88                    | Resultado Líquido do Exercício                    | 23.681.448.493,00        |                   | 4.584.212.094,40                        |                  | 181.606.812,40          |                  |
|                       |   | <u>36.492.387.419,00</u> |                   | <u>11.631.757.586,50</u>                |                  | <u>7.229.152.304,50</u> |                  |
|                       |   |                          |                   |   |                  |                         |                  |
| PROVEITOS E GANHOS    |   |                          |                   |   |                  |                         |                  |
| 784                   | Rendimentos de Participação de Capital            | 280.324.972,00           |                   | 40.719.898,00                           |                  | 40.719.898,00           |                  |
| 781                   | Juros Obtidos                                     | 26.055.271.252,00        |                   | 6.342.676.528,70                        |                  | 6.342.676.528,70        |                  |
| 782                   | Rendimentos de Títulos de Participação            | 2.273.708,00             |                   | 0,00                                    |                  | 0,00                    |                  |
| 783                   | Rendimentos de Imóveis                            | 99.921.341,00            |                   | 15.165.946,00                           |                  | 15.165.946,00           |                  |
| 785/786               | Outros Rendimentos                                | 18.373.963,00            |                   | 0,00                                    |                  | 0,00                    |                  |
| 787                   | Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria   | 2.262.571.346,00         |                   | 691.378.619,30                          |                  | 691.378.619,30          |                  |
| 788/789               | Outros Proveitos e Ganhos Financeiros             | 3.048.434.439,00         | 31.767.171.021,00 | 48.705.423,50                           | 7.138.646.415,50 | 48.705.423,50           | 7.138.646.415,50 |
| 79                    | Proveitos e Ganhos Extraordinários                | 4.725.216.398,00         |                   | 90.505.889,00                           |                  | 90.505.889,00           |                  |
|                       |   | <u>36.492.387.419,00</u> |                   | <u>7.229.152.304,50</u>                 |                  | <u>7.229.152.304,50</u> |                  |



Balanço Analítico  
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000

Unidade: €uro

| Código | Designação                                 | 01.01.2000 a 31.12.2000 |                          | Pró - Forma -           | 09.11.1999 a            |
|--------|--|-------------------------|--------------------------|-------------------------|-------------------------|
|        |  | Activo Bruto            | Provisões e Amortizações | Activo Líquido          | Activo Líquido          |
|        | ACTIVO                                     |                         |                          |                         |                         |
|        | Imobilizado:                               |                         |                          |                         |                         |
|        | Imobilizações Corpóreas                    |                         |                          |                         |                         |
| 424    | Equipamento de Transporte                  | 92.124,27               | 28.848,23                | 63.276,04               | 17.451,41               |
| 426    | Equipamento Administrativo                 | 204.602,28              | 115.432,47               | 89.169,81               | 43.436,08               |
| 429    | Outras Imobilizações Corpóreas             | 225.713,36              | 200.557,40               | 25.155,96               | 44.243,15               |
|        |  | <u>522.439,91</u>       | <u>344.838,10</u>        | <u>177.601,81</u>       | <u>105.130,64</u>       |
|        | Investimentos Financeiros                  |                         |                          |                         |                         |
| 414    | Investimentos em Imóveis                   | 26.687.897,16           | 490.241,63               | 26.197.655,53           | 10.826.386,32           |
| 417    | Efeitos de Valorização - Inv. Imóveis      | 614.216,59              |                          | 614.216,59              | 0,00                    |
|        |  | <u>27.302.113,75</u>    |                          | <u>26.811.872,12</u>    | <u>10.826.386,32</u>    |
|        | Circulante:                                |                         |                          |                         |                         |
|        | Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:        |                         |                          |                         |                         |
| 268    | Outros Devedores                           | 13.307.547,56           |                          | 13.307.547,56           | 81.847.838,86           |
|        |  | <u>13.307.547,56</u>    |                          | <u>13.307.547,56</u>    | <u>81.847.838,86</u>    |
|        | Títulos Negociáveis:                       |                         |                          |                         |                         |
| 151    | Ações                                      | 138.159.446,28          |                          | 138.159.446,28          | 29.816.787,58           |
| 152    | Obrigações e Títulos de Participação       | 706.820.196,38          |                          | 706.820.196,38          | 358.671.224,74          |
| 153    | Títulos Dívida Pública e Garant Estado     | 1.720.407.015,52        |                          | 1.720.407.015,52        | 1.635.799.523,61        |
| 154    | Fundos de Investimento                     | 109.347.983,12          |                          | 109.347.983,12          | 87.281.735,75           |
| 157    | Efeitos de Valorização e Pendentes de Liq. | 51.106.174,61           |                          | 51.106.174,61           | 19.661.115,10           |
| 159    | Outros Títulos                             | 0,00                    |                          | 0,00                    | 3.494.419,76            |
|        |  | <u>2.725.840.815,91</u> |                          | <u>2.725.840.815,91</u> | <u>2.134.724.806,53</u> |
|        | Depósitos Bancários e Caixa :              |                         |                          |                         |                         |
| 12+13  | Depósitos Bancários                        | 317.428.075,00          |                          | 317.428.075,00          | 155.512.051,28          |
| 11     | Caixa                                      | 0,00                    |                          | 0,00                    | 0,00                    |
|        |  | <u>317.428.075,00</u>   |                          | <u>317.428.075,00</u>   | <u>155.512.051,28</u>   |
|        | Acréscimos e Diferimentos:                 |                         |                          |                         |                         |
| 271    | Acréscimos de Proveitos                    | 46.045.298,15           |                          | 46.045.298,15           | 36.718.429,30           |
| 272    | Custos Diferidos                           | 14.811,14               |                          | 14.811,14               | 4.686,57                |
| 275    | Ajustes Diários em contratos de Futuros    | 0,00                    |                          | 0,00                    | 25.230,87               |
|        |  | <u>46.060.109,29</u>    |                          | <u>46.060.109,29</u>    | <u>36.748.346,73</u>    |
|        | Total de Amortizações                      |                         | 344.838,10               |                         |                         |
|        | Total de Provisões                         |                         | 0,00                     |                         |                         |
|        | Total do Activo                            | <u>3.130.461.101,42</u> | <u>344.838,10</u>        | <u>3.129.626.021,72</u> | <u>2.419.764.560,36</u> |
|        |  |                         |                          |                         | <u>2.378.143.342,71</u> |

Balço Analítico  
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000

Unidade: €uro

| Código                                       | Designação                           | 01.01.2000 a<br>31.12.2000 | Pró - Forma -<br>09/11 a 31/12/99 | 09.11.1999 a<br>31.12.1999 |
|--|--------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO                    |                                      |                            |                                   |                            |
| <i>Capital Próprio:</i>                      |                                      |                            |                                   |                            |
| <i>Capital:</i>                              |                                      |                            |                                   |                            |
| 511  | Capital Inicial                      | 216.509.809,88             | 216.509.809,88                    | 216.509.809,88             |
| 512  | Capital Adquirido                    | 2.425.864.388,71           | 1.782.109.173,64                  | 1.782.109.173,64           |
| 57   | Reservas Especiais                   | 3.643.526,86               | 19.661.115,10                     | 0,00                       |
| <i>Reservas Obrigatórias :</i>               |                                      |                            |                                   |                            |
| 561  | Reserva Legal                        | 9.765.068,07               | 9.765.068,07                      | 9.765.068,07               |
| 562  | Reserva Especial Capitalização       | 93.258.682,35              | 93.258.682,35                     | 93.258.682,35              |
| 59   | Resultados Transitados               | 220.831.395,08             | 219.925.544,12                    | 219.925.544,12             |
| 88   | Resultado Líquido do Exercício       | 118.122.567,09             | 22.865.953,53                     | 905.850,96                 |
|  |                                      | <u>3.087.995.438,04</u>    | <u>2.364.095.346,69</u>           | <u>2.322.474.129,02</u>    |
| <br>   |                                      |                            |                                   |                            |
| <i>Dividas a Terceiros-Curto Prazo:</i>      |                                      |                            |                                   |                            |
| 24   | Estado e Outros Entes Públicos       | 25.682,27                  | 8.414,89                          | 8.414,89                   |
| 268  | Outros Credores                      | 39.230.146,21              | 54.401.369,56                     | 54.401.369,56              |
| 29   | Provisão P/ Outros Riscos e Encargos | 1.567.222,88               | 1.032.239,45                      | 1.032.239,45               |
|  |                                      | <u>40.823.051,36</u>       | <u>55.442.023,89</u>              | <u>55.442.023,89</u>       |
| <br>   |                                      |                            |                                   |                            |
| <i>Acréscimos e Diferimentos:</i>            |                                      |                            |                                   |                            |
| 273  | Acréscimos de Custos                 | 807.532,32                 | 227.189,80                        | 227.189,80                 |
|  |                                      | <u>807.532,32</u>          | <u>227.189,80</u>                 | <u>227.189,80</u>          |
| <br>   |                                      |                            |                                   |                            |
| <i>Total do Capital Próprio e do Passivo</i> |                                      | <u>3.129.626.021,72</u>    | <u>2.419.764.560,38</u>           | <u>2.378.143.342,71</u>    |



Demonstração dos Resultados  
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000

Unidade: €uro

| Código             | Designação  | 01.01.2000 a 31.12.2000 |                | Pró- Forma -<br>09.11.1999 a 31.12.1999 |               | 09.11.1999 a 31.12.1999 |               |
|--------------------|---|-------------------------|----------------|---|---------------|-------------------------|---------------|
| CUSTOS E PERDAS    |   |                         |                |   |               |                         |               |
| 62                 | Fornecimentos e Serviços Externos                 |                         | 432.031,68     |   | 70.546,33     |                         | 70.546,33     |
|                    | Custos com o Pessoal:                             |                         |                |   |               |                         |               |
| 642                | Remunerações                                      | 795.689,39              |                | 46.960,51                               |               | 46.960,51               |               |
|                    | Encargos Sociais:                                 |                         |                |   |               |                         |               |
| 645/8              | Outros  | 152.846,33              | 948.535,72     | 15.095,20                               | 62.055,70     | 15.095,20               | 62.055,70     |
| 66                 | Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo |                         | 77.338,26      |   | 26.600,66     |                         | 26.600,66     |
| 67                 | Provisões do Exercício                            |                         | 1.910.777,96   |   | 935.917,78    |                         | 935.917,78    |
| 63                 | Impostos  |                         | 18.035.448,35  |   | 5.294.281,41  |                         | 5.294.281,41  |
|                    |   |                         | 21.404.131,97  |   | 6.389.401,88  |                         | 6.389.401,88  |
| 683                | Amortizações de Investimentos em Imóveis          | 0,00                    |                | 38.043,72                               |               | 38.043,72               |               |
| 684                | Provisões P/Aplicações de Tesouraria              | 0,00                    |                | 7.853.286,64                            |               | 7.853.286,64            |               |
| 687                | Perdas na Alienação Aplicações de Tesouraria      | 4.774.850,97            |                | 192.693,50                              |               | 192.693,50              |               |
| 685/688/9          | Outros Custos e Perdas Financeiros                | 34.620.730,98           | 39.395.581,95  |   | 8.084.023,87  | 0,00                    | 8.084.023,87  |
| 69                 | Custos e Perdas Extraordinários                   |                         | 3.100.980,03   |   | 20.679.582,96 |                         | 20.679.582,96 |
|                    |   |                         | 63.900.693,95  |   | 35.153.008,71 |                         | 35.153.008,71 |
| 88                 | Resultado Líquido do Exercício                    |                         | 118.122.567,08 |   | 22.865.953,53 |                         | 905.850,97    |
|                    |   |                         | 182.023.261,03 |   | 58.018.962,24 |                         | 36.058.859,68 |
| PROVEITOS E GANHOS |   |                         |                |   |               |                         |               |
| 784                | Rendimentos de Participação de Capital            | 1.398.255,07            |                | 203.109,99                              |               | 203.109,99              |               |
| 781                | Juros Obtidos                                     | 129.963.145,08          |                | 31.637.137,14                           |               | 31.637.137,14           |               |
| 782                | Rendimentos de Títulos de Participação            | 11.341,21               |                | 0,00                                    |               | 0,00                    |               |
| 783                | Rendimentos de Imóveis                            | 498.405,55              |                | 75.647,42                               |               | 75.647,42               |               |
| 785/786            | Outros Rendimentos                                | 91.648,94               |                | 0,00                                    |               | 0,00                    |               |
| 787                | Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria   | 11.285.658,29           |                | 3.448.582,01                            |               | 3.448.582,01            |               |
| 788/789            | Outros Proveitos e Ganhos Financeiros             | 15.205.526,86           | 158.453.981,00 | 242.941,63                              | 35.607.418,20 | 242.941,63              | 35.607.418,20 |
| 79                 | Proveitos e Ganhos Extraordinários                |                         | 23.569.280,03  |   | 451.441,47    |                         | 451.441,47    |
|                    |   |                         | 182.023.261,03 |   | 36.058.859,68 |                         | 36.058.859,68 |

## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000

(Nos termos do número 7 da Resolução n.º 1/93 de 21 de Janeiro de 1993)

As notas números 2, 3, 6, 7, 9 e 10, não são aplicáveis.

### 1 - CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

A valorização dos activos da carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) foi sujeita a alteração conforme regulamento de valorimetria aprovado pelo Conselho Directivo. Neste documento caminha-se no sentido de uma valorização de acordo com critérios *mark to market* seguindo de perto as opções tomadas na norma 12/95-R do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) com referência aos Fundos de Pensões.

- Imobilizações Corpóreas estão contabilizadas ao custo de aquisição. As amortizações estão calculadas com base nas taxas máximas legais.
- Os Investimentos Financeiros em Imóveis estão valorizados de acordo com o regulamento do FEFSS.
- Na valorização dos Títulos Negociáveis passou-se a utilizar um regulamento de valorimetria próprio, conforme anexo. Dada a nova filosofia *mark to market* optou-se também por registar a posição final pelos valores transaccionados em vez de liquidados.
- Acréscimos e Diferimentos: Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

De acordo com a Lei 30-G/2000 de 29/12 o FEFSS fica isento de tributação dos rendimentos de capital a partir de 01.01.2001. Atendendo à anterior situação em que se encontrava, a tributação desses rendimentos, como definidos em IRS, deveria ocorrer na data da sua disponibilização pelo que se optou por registar o valor dos juros corridos à data de 31.12.2000 pelo respectivo valor bruto de imposto.

- Provisões do Exercício: Foram constituídas Provisões para Riscos e Encargos que se destinam: a salvar-guardar o eventual pagamento de impostos relativo a juros recebidos de obrigações emitidas por não residentes bem como, a precaver a incobabilidade das rendas a receber do Hospital de Cascais.

### 4 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES:

#### ACTIVO BRUTO

Unidade: €uro

| RUBRICAS                            | SALDO INICIAL | AUMENTOS      | ALIENAÇÕES | SALDO FINAL   |
|-------------------------------------|---------------|---------------|------------|---------------|
| Imobilizações Corpóreas:            |               |               |            |               |
| Equipamento Transporte              | 23 268.55     | 68 855.72     | 0          | 92 124.27     |
| Equipamento Administrativo          | 129 620.62    | 74981.66      | 0          | 204 602.28    |
| Outras Imobilizações Corpóreas      | 219 741.31    | 5 972.04      | 0          | 225 713.35    |
|                                     | 372 630.48    | 149 809.42    | 0          | 522 439.90    |
| Investimentos Financeiros:          |               |               |            |               |
| Investimentos em Imóveis            | 11 848 111.05 | 14 839 786.11 | 0          | 26 687 897.16 |
| Efeitos de Valorização-Inv. Imóveis | 0             | 614 216,59    |            | 614 216,59    |
|                                     | 11 848 111.05 | 15 454 002.70 | 0          | 27 302 113.75 |



Nos termos do regulamento de valorimetria do FEFSS procedeu-se à reavaliação Edifício Castilho com efeitos na conta 41.7.

Não foi possível executar a reavaliação do imóvel onde se encontra o Hospital de Cascais do qual o FEFSS é proprietário apesar dos insistentes contactos junto da respectiva administração.

## 5 – AMORTIZAÇÕES

Unidade: €uro

| RÚBRICAS                       | SALDO INICIAL | REFORÇO   | REGULARIZAÇÕES | SALDO FINAL |
|--------------------------------|---------------|-----------|----------------|-------------|
| Imobilizações Corpóreas:       |               |           |                |             |
| Equipamento Transporte         | 5 817.14      | 23 031.09 | 0              | 28 848.23   |
| Equipamento Administrativo     | 86 184.55     | 29 247,92 | 0              | 115 432.47  |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 175 498.15    | 25 059,25 | 0              | 200 557.40  |
|                                | 267 499.84    | 77 338.26 | 0              | 344 838.10  |
| Investimentos Financeiros:     |               |           |                |             |
| Investimentos em Imóveis       | 1 021 724.73  | 0         | 1 021 724.73   | 0           |

As amortizações foram calculadas de acordo com a aplicação das taxas máximas legais.

## 8 – PROVISÕES

| RÚBRICAS                             | SALDO INICIAL | AUMENTO      | REDUÇÃO       | SALDO FINAL  |
|--------------------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Provisões p/Aplicações de Tesouraria | 21 960 102.56 | 0            | 21 960 102.56 | 0            |
| Provisões p/Out.Riscos e Encargos    | 1 032 239.45  | 4 097 068.67 | 3 071 843.61  | 2 057 464.51 |

O método de cálculo das Provisões é o explicitado na nota 1.

Por proposta do do Conselho Directivo de 13/04/2000, que mereceu aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, foi constituída uma provisão no montante de € 21.960.102,56 tendo em vista a transição do critério valorimétrico dos activos do FEFSS de custo de aquisição para preços de mercado. Feita a transição no exercício de 2000, considerando o critério valorimétrico adoptado para a componente de "Investimento Fixo" da carteira, não se justifica a manutenção desta provisão.

## 11 – Mapa das Reconciliações Bancárias:

Ver mapas anexos

## 12 – Outras informações

### 12.1 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Unidade: €uro

| RUBRICAS                    | SALDO INICIAL    | AUMENTOS       | DIMINUIÇÕES   | SALDO FINAL      |
|-----------------------------|------------------|----------------|---------------|------------------|
| Capital                     | 1 998 618 983.53 | 673 377 161.05 | 29 621 945.99 | 2 642 374 198.59 |
| Reservas Obrigatórias       | 103 023 750.42   | 0              | 0             | 103 023 750.42   |
| Reservas Especiais          | 0                | 3 643 526.86   | 0             | 3 643 526.86     |
| Resultados Transitados      | 219 925 544.12   | 905 850.96     | 0             | 220 831 395.08   |
| Resultado Liq. do Exercício | 905 850.96       | 118 122 567.08 | 905 850.96    | 118 122 567.08   |

O aumento da rubrica de Capital no montante de € 673.377.161,05 resulta das Transferências do I.G.F.S.S., provenientes de saldos de execução orçamental da conta da Segurança Social e do resultado da alienação de imóveis da Segurança Social;

O Resultado Líquido a 31/12/99 foi transferido para Resultados Transitados.

Foram efectuados acertos na conta 51.2 – Capital adquirido – devido à alteração de critério: Anteriormente o capital era aumentado momento da orçamentação nos termos da conta da Segurança Social o que gerou verbas não executadas até aqui registadas na conta 26 – Transferências I.G.F.S.S. Este saldo foi regularizado, passando-se a contabilizar os aumentos de capital apenas na data da sua efectivação.

A conta Reservas Especiais foi movimentada pela regularização do valor das amortizações acumuladas referentes a imóveis da carteira do FEFSS ( devido às reavaliações periódicas dos imóveis nos termos do novo regulamento de valorimetria do FEFSS) e pelos efeitos positivos da valorização da componente da carteira "Investimento Não Fixo" do FEFSS.

## 12.2 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Unidade: €uro

|   | 01.01.2000 a<br>31.12.2000 | 09.11.1999 a<br>31.12.1999 |
|---|----------------------------|----------------------------|
| <b>CUSTOS E PERDAS</b>                              |                            |                            |
| 683 – Amortizações de Investimentos em Imóveis      | 0                          | 38 043.72                  |
| 684 – Provisões P/Aplicações Financeiras            | 0                          | 7 853 286.64               |
| 685– Diferenças de Câmbio Desfavoráveis             | 1.59                       | 0                          |
| 687 – Perdas na Alienação de Aplicações Financeiras | 4 774 850.97               | 192 693.50                 |
| 688 – Outros Custos e Perdas Financeiros            | 34 620 727.16              | 20 679 582.96              |
| 689– Diferenças de Arredondamentos – EURO           | 2.23                       | 0                          |
| Resultados Financeiros                              | 119 058 399.06             |                            |
|   | 6 843 811.37               |                            |
|   | 158 453 981.01             | 35 607 481.19              |
| <b>PROVEITOS E GANHOS</b>                           |                            |                            |
| 781 – Juros Obtidos                                 | 129 963 145.08             | 31 637 137.14              |
| 782– Rendimentos de Títulos de Participação         | 11 341.21                  | 0                          |
| 783 – Rendimentos de Imóveis                        | 498 405.55                 | 75 647.42                  |
| 784 – Rendimentos de Participação de Capital        | 1 398 255.07               | 203 109.99                 |
| 785– Remuneração de Empréstimo de Valores           | 595.00                     | 0                          |
| 786 – Outros Rendimentos                            | 91 053.94                  | 0                          |
| 787 – Ganhos Alienação Aplicações Tesouraria        | 11 285 658.29              | 3 448 582.01               |
| 788 – Outros Proveitos e Ganhos Financeiros         | 15 205 523.53              | 242 941,63                 |
| 789– Diferenças de Arredondamentos – EURO           | 3.34                       | 0                          |
|   | 158 453 981.01             | 35 607 481.19              |

## 12.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Unidade: €uro

|   | 01.01.2000 a<br>31.12.2000 | 09.11.1999 a<br>31.12.1999 |
|---|----------------------------|----------------------------|
| <b>CUSTOS E PERDAS</b>                            |                            |                            |
| 697 – Correções relativas a Exercícios Anteriores | 3 100 980.03               | 0                          |
| 698– Outros Custos e Perdas Extraordinárias       | 55.30                      | 0                          |
| Resultados Extraordinários                        | 20 468 300.00              | 451 441.47                 |
| <b>PROVEITOS E GANHOS</b>                         |                            |                            |
| 794 – Ganhos em Imobilizações                     | 0                          | 5 486.78                   |
| 797 – Correções relativas a Exercícios Anteriores | 1 605 219.00               | 445 954.69                 |
| 798– Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários    | 21 964 061,03              | 0                          |



#### 12.4 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE FUTUROS:

- a) À data de encerramento não existiam posições em aberto em contratos de futuros, nem operações de cobertura em curso.
- b)
  1. Não se efectuaram quaisquer operações de especulação, pelo que não há resultados a mencionar.
  2. Ganhos e Perdas obtidos em operações de cobertura: registou-se um saldo líquido negativo de € 1.979.850,89, o qual foi directamente compensado pelos resultados obtidos nos activos subjacentes (conforme definição das operações de cobertura).

#### 12.5 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A CONTA OUTROS DEVEDORES E CREDITORES:

O FEFSS regista um crédito sobre terceiros espelhado na componente devedora da conta 26.8 referente ao imposto retido nos dividendos de acções de entidades não residentes, recuperável pelo accionamento dos acordos de dupla tributação.

Também na componente devedora desta conta se encontra o montante de € 13.295.956,74 referente a uma transferência de fundos do IGFSS por conta da execução orçamental saída em 2000 das contas daquele organismo com data valor nas contas do FEFSS em 2001.

Optou-se por registar este valor nesta data para efeitos de consolidação da conta geral da Segurança Social. A crédito, existem ainda valores referentes a crédito líquido (compras e vendas) de imposto nas transacções com obrigações da dívida pública Portuguesa, obtidos após o recebimento do respectivo cupão, indevidamente atendendo à situação fiscal do FEFSS a partir de 01.01.2001 nos termos da Lei 30-G/2000 de 29.12. Esta conta sofreu ainda movimentos de acerto por contrapartida da conta 51.2 – Capital adquirido por se ter optado por registar os aumentos de capital somente no momento do respectivo recebimento em vez da sua orçamentação como era até aqui efectuado.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2000  
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000

Unidade:PTE

|  | 2000                | 1999               |
|--|---------------------|--------------------|
| <b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>                                   |                     |                    |
| Recebimentos de clientes (a)                                       |                     |                    |
| Pagamentos a fornecedores (b)                                      | -216.682.700,20     | -9.919.161,00      |
| Pagamentos ao pessoal  | -159.605.926,50     | -17.733.153,00     |
| Fluxo gerado pelas operações                                       | -376.288.626,70     | -27.652.314,00     |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento (c)            |                     |                    |
| Outros receb./pagamentos rel. à actividade operacional (d)         | -130.131.664.673,80 | -46.979.539.038,60 |
| Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias                  | -130.507.953.300,50 | -47.007.191.352,60 |
| Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias             |                     |                    |
| Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias               | -19.732,00          | 0,00               |
| Fluxos das actividades operacionais (1)                            | -130.507.973.032,50 | -47.007.191.352,60 |
| <b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>                                |                     |                    |
| Recebimentos provenientes de:                                      |                     |                    |
| Investimentos financeiros (e)                                      | 84.429.538,00       | 32.368.338,00      |
| Imobilizações corpóreas  |                     |                    |
| Imobilizações incorpóreas  |                     |                    |
| Subsídios de investimento  |                     |                    |
| Juros e proveitos similares  | 24.469.483.612,00   | 2.211.668.582,00   |
| Dividendos   | 280.324.972,00      | 40.719.898,00      |
|  | 24.834.238.122,00   | 2.284.756.818,00   |
| Pagamentos respeitantes a:   |                     |                    |
| Investimentos financeiros  | -2.975.109.998,90   | 0,00               |
| Imobilizações corpóreas  | -28.934.091,10      | -14.292.349,00     |
| Imobilizações incorpóreas  |                     |                    |
|  | -3.004.044.090,00   | -14.292.349,00     |
| Fluxos das actividades investimento (2)                            | 21.830.194.032,00   | 2.270.464.469,00   |
| <b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>                               |                     |                    |
| Recebimentos provenientes de:                                      |                     |                    |
| Empréstimos obtidos  |                     |                    |
| Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão | 134.882.395.830,00  | 61.000.000.000,00  |
| Subsídios e doações  |                     |                    |
| Venda de acções (quotas) próprias                                  |                     |                    |
| Cobertura de prejuízos   |                     |                    |
| Pagamentos respeitantes a:   |                     |                    |
| Empréstimos obtidos  |                     |                    |
| Amortização de contratos de locação financeira                     |                     |                    |
| Juros e custos similares   | -9.814.189.323,00   | -3.907.576.508,00  |
| Dividendos   | -2.323.750,00       | 0,00               |
| Reduções de capital e prestações suplementares                     |                     |                    |
| Aquisição de acções (quotas) próprias                              |                     |                    |
| Fluxos das actividades de financiamento (3)                        | 125.065.882.757,00  | 57.092.423.492,00  |
| Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)         | 16.388.103.756,50   | 12.355.696.608,40  |
| Efeito das diferenças de câmbio                                    |                     |                    |
| Caixa e seus equivalentes no início do período                     | 23.139.439.511,50   | 10.783.742.903,10  |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                        | 39.527.543.268,00   | 23.139.439.511,50  |

Valor: Escudos



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2000  
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000

Unidade: €uro

|  | 2000                   | 1999                   |               |
|--|------------------------|------------------------|---------------|
| <b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>                                   |                        |                        |               |
| Recebimentos de clientes (a)                                       |                        |                        |               |
| Pagamentos a fornecedores (b)                                      | -1.080.808,76          | -49.476,57             |               |
| Pagamentos ao pessoal  | -796.111,01            | -88.452,59             |               |
| <b>Fluxo gerado pelas operações</b>                                | <b>-1.876.919,77</b>   | <b>-137.929,16</b>     |               |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento (c)            |                        |                        |               |
| Outros receb./pagamentos rel. à actividade operacional (d)         | -649.094.007,07        | -234.332.952,78        |               |
| <b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>           | <b>-650.970.926,84</b> | <b>-234.470.881,94</b> |               |
| Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias             |                        |                        |               |
| Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias               | -98,14                 | 0,00                   |               |
| <b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>                     | <b>-650.971.024,98</b> | <b>-234.470.881,94</b> |               |
| <b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>                                |                        |                        |               |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                               |                        |                        |               |
| Investimentos financeiros (e)                                      | 421.132,76             | 161.452,59             |               |
| Imobilizações corpóreas  |                        |                        |               |
| Imobilizações incorpóreas  |                        |                        |               |
| Subsídios de investimento  |                        |                        |               |
| Juros e proveitos similares  | 122.053.269,67         | 11.031.756,38          |               |
| Dividendos   | 1.398.255,07           | 203.109,99             | 11.396.318,96 |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                  |                        |                        |               |
| Investimentos financeiros  | -14.839.786,11         | 0,00                   |               |
| Imobilizações corpóreas  | -144.322,64            | -71.289,94             |               |
| Imobilizações incorpóreas  |                        |                        |               |
|  | -14.984.108,75         | -71.289,94             |               |
| <b>Fluxos das actividades investimento (2)</b>                     | <b>108.888.548,75</b>  | <b>11.325.029,03</b>   |               |
| <b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>                               |                        |                        |               |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                               |                        |                        |               |
| Empréstimos obtidos  |                        |                        |               |
| Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão | 672.790.553,90         | 304.266.717,21         |               |
| Subsídios e doações  |                        |                        |               |
| Venda de acções (quotas) próprias                                  |                        |                        |               |
| Cobertura de prejuízos   |                        |                        |               |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                  |                        |                        |               |
| Empréstimos obtidos  |                        |                        |               |
| Amortização de contratos de locação financeira                     |                        |                        |               |
| Juros e custos similares   | -48.952.969,95         | -19.490.909,45         |               |
| Dividendos   | -11.590,82             | 0,00                   |               |
| Reduções de capital e prestações suplementares                     |                        |                        |               |
| Aquisição de acções (quotas) próprias                              |                        |                        |               |
| <b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>                 | <b>623.825.993,13</b>  | <b>284.775.807,76</b>  |               |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b> | <b>81.743.516,90</b>   | <b>61.629.954,85</b>   |               |
| <b>Efeito das diferenças de câmbio</b>                             |                        |                        |               |
| Caixa e seus equivalentes no início do período                     | 115.419.037,68         | 53.789.082,83          |               |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                        | 197.162.554,58         | 115.419.037,68         |               |

Valor: Eur

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71-A 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: 351 21 358 68 00  
Telefax: 351 21 315 30 36

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2000, (que evidencia um total de 627.433.684 contos e um total de capital próprio de 619.087.501 contos, incluindo um resultado líquido de 23.681.448 contos), a Demonstração dos resultados por naturezas, o correspondente Anexo e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



- 5 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Reservas

- 6 Conforme referido no ano anterior, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (entidade a que sucedeu o Instituto) e o Hospital Distrital de Cascais adquiriram, por escritura pública datada de 25 de Junho de 1993, e na proporção de um terço e dois terços, respectivamente, o prédio urbano designado por “Hospital Distrital de Cascais” à Santa Casa da Misericórdia de Cascais. Posteriormente, foi elaborado um contrato para ser celebrado entre as partes adquirentes com o objectivo de regularizar a situação dos comproprietários perante o prédio adquirido. No entanto, este contrato não foi ainda outorgado pelo Hospital nem foram efectuados quaisquer pagamentos de rendas.

Conforme política contabilística descrita na nota 5.3 da Norma regulamentar sobre os registos contabilísticos do Instituto, os terrenos e edifícios são valorizados ao valor de mercado, devendo este valor resultar de avaliação efectuada por perito independente. Para além de não serem efectuados quaisquer pagamentos de rendas, segundo fomos informados o Conselho Directivo do Instituto não conseguiu obter autorização por parte da Administração do Hospital de Cascais, por forma a que o edifício fosse objecto de uma avaliação por um perito independente. Consequentemente, não foi possível ao Conselho Directivo aplicar a referida política contabilística, ficando o investimento financeiro valorizado ao custo de aquisição, o qual ascende a 450.333 contos. Desta forma, não nos é possível concluir sobre a razoabilidade do valor pelo qual o investimento no Hospital de Cascais se encontra registado nas demonstrações financeiras do Instituto.

- 7 O Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social celebrou um contrato de promessa com eficácia real de um prédio urbano denominado “Edifício Castilho”, datado de 12 de Fevereiro de 1997. A 30 de Março de 1999 foi celebrado o contrato de compra e venda entre as partes intervenientes, no qual foi estabelecido em 1.925.000 contos o valor da transacção. Desde Fevereiro de 1997, este edifício encontra-se arrendado ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Apesar de ter sido atribuído ao edifício um valor de mercado, calculado com base no método de rendimento, de 1.243.000 contos, o Conselho Directivo para dar cumprimento à política contabilística descrita na nota 5.3 do referido Regulamento, baseou-se no valor actual de venda atribuído ao referido edifício que ascende a 1.995.000 contos.

Atendendo à utilização que está a ser dada ao edifício e não prevendo o Conselho Directivo dar um diferente uso a este activo, se se tivesse utilizado o método de rendimento para avaliação deste activo, os investimentos financeiros, os resultados transitados e a reserva especial de capitalização viriam diminuídos em 752.000 contos, 682.000 contos e 70.000 contos, respectivamente.

## Opinião com reservas

- 8 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 6 acima e excepto quanto aos efeitos das situações descritas no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social em 31 de Dezembro de 2000, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Ênfases

- 9 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para as seguintes situações:

- 9.1 O Instituto foi criado pelo Decreto-Lei n.º 449-A/99, de 4 de Novembro, sucedendo para todos os efeitos jurídicos e patrimoniais ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. O Instituto é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com natureza de instituto público, sujeito à tutela e à superintendência de Sua Excelência o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade. Tem por objecto a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema social de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais.

Na sequência da constituição do Instituto, foi efectuado um fecho de contas relativo ao período de 1 de Janeiro a 8 de Novembro de 1999, sobre o qual foi emitido o correspondente relatório pela Sr.ª Auditora, designada por forma a dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 399/90, de 13 de Dezembro, e um fecho de contas referente ao período de 9 de Novembro, data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 449-A/99, a 31 de Dezembro de 1999. Consequentemente, as demonstrações dos resultados apresentadas para efeitos comparativos referem-se ao período compreendido entre 9 de Novembro e 31 de Dezembro de 1999.

- 9.2 Conforme referido na nota 1 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2000, e por forma a adequar as políticas contabilísticas ao objecto do Instituto, o Conselho Directivo alterou a política de valorização dos activos da carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social conforme regulamento aprovado em 24 de Novembro de 2000. Desta forma, os activos da carteira passaram a ser valorizados segundo os critérios do valor de mercado.

Consequentemente, as rubricas do balanço e das demonstrações dos resultados em 31 de Dezembro de 2000 e 31 de Dezembro de 1999 não são directamente comparáveis, pelo que foram preparadas, apenas para efeitos comparativos, demonstrações financeiras “pro-forma” com referência ao período compreendido entre 9 de Novembro e 31 de Dezembro de 1999, considerando os novos critérios valorimétricos e consequentes efeitos nas respectivas demonstrações financeiras.

- 9.3 Por nunca terem sido registadas as rendas devidas relativamente ao Hospital de Cascais, o Instituto procedeu em 1999 ao reconhecimento contabilístico do valor das rendas devidas até 31 de Dezembro de 1999 no montante de 107.163 contos. Adicionalmente, durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2000, foram registadas rendas devidas no montante de 18.255 contos. O Conselho Directivo continua a desenvolver diligências no sentido da recuperação dos referidos montantes.

Porto, 5 de Março de 2001



Figueiredo & Neves  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:  
Adelaide Maria Viegas Clare Neves  
(ROC n.º 862)



du  
M  
E

## Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social

### Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 15º do Decreto-Lei n.º 449-A/99, de 4 de Novembro, vem a Comissão de Fiscalização submeter o Relatório da sua intervenção e o Parecer sobre o Relatório da gestão e Contas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social referentes a 31 de Dezembro de 2000.

O Instituto foi criado pelo referido diploma legal, sucedendo para todos os efeitos jurídicos e patrimoniais ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. O Instituto é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com natureza de instituto público, sujeito à tutela e à superintendência de Sua Excelência o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade, tendo por objecto a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais.

Por Despacho Conjunto n.º 145/2000, de 14 de Fevereiro, de Suas Excelências os Ministros das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade, foram nomeados os membros desta Comissão de Fiscalização.

Procedemos à verificação da exactidão dos registos contabilísticos produzidos no exercício em questão, efectuando as análises julgadas convenientes. Verificámos, com base em amostras, a conformidade legal, a correcção e a exactidão das importâncias pagas e recebidas, analisando o balancete acumulado elaborado segundo os princípios de contabilidade pública em paralelo com o balancete acumulado, no mesmo período, elaborado segundo os princípios de contabilidade adoptados pelo Instituto. O trabalho desenvolvido baseou-se na análise da informação contabilística considerada relevante, complementado com os esclarecimentos obtidos do Conselho Directivo e dos Serviços do Instituto, de quem obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados.



Handwritten initials and signatures in the top right corner.

Após o encerramento das contas, apreciamos o Relatório da gestão elaborado pelo Conselho Directivo que traduz apropriadamente a actividade desenvolvida e a situação económica e financeira no período a que se reporta, bem como as peças contabilísticas apresentadas de acordo com o Artigo 6º da Resolução n.º 1/93, de 21 de Janeiro, do Tribunal de Contas.

Analisámos ainda a Certificação Legal das Contas, que contém reservas, emitida relativamente ao Balanço, Demonstração dos Resultados e respectivo Anexo preparados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com a qual concordamos, e apreciamos o Relatório sobre a Fiscalização Efectuada, documentos elaborados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas membro desta Comissão de Fiscalização, e que consideramos parte integrante deste relatório.

Das análises efectuadas, gostaríamos de realçar as seguintes informações, para além das mencionadas como reservas e ênfases na Certificação Legal das Contas:

- Conforme referido na nota 1 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2000, e por forma a adequar as políticas contabilísticas ao objecto do Instituto, a valorização dos activos da carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social foi alterado conforme regulamento aprovado pelo Conselho Directivo em 24 de Novembro de 2000. Com este novo critério, o Conselho Directivo passou a valorar a carteira segundo os critérios do valor do mercado (“mark to market”), seguindo, como base, a valoração descrita na norma 12/95-R do Instituto de Seguros de Portugal, com referência aos fundos de pensões. Apenas para efeitos comparativos, foram preparadas demonstrações financeiras “pro-forma” com referência ao período compreendido entre 9 de Novembro e 31 de Dezembro de 1999, as quais tiveram por base os novos critérios valorimétricos estabelecidos no referido Regulamento.
- O activo do Instituto é composto essencialmente por:
  - Títulos da dívida pública ou outros garantidos pelo Estado Português;
  - Obrigações e títulos de participação;
  - Acções de sociedades cotadas nas bolsas de valores;
  - Unidades de participação em fundos de investimento mobiliário ou imobiliário;
  - Imóveis;
  - Depósitos e outras aplicações de capital de curto prazo;
  - Operações REPO de cedência de títulos;
  - Juros a receber, decorrentes da especialização efectuada.



SEGURANÇA SOCIAL

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

A composição dos valores activos a que se refere a Portaria n.º 362/99, de 19 de Maio, era, em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, a seguinte:

| Descrição   | Limites legais | Valor em 31.12.00 Esc. 000 | % do activo  | Valor em 31.12.99 "pro-forma" Esc. 000 | % do activo  | Valor em 31.12.99 Esc. 000 | % do activo  |
|---|----------------|----------------------------|--------------|--|--------------|----------------------------|--------------|
| Ações   | Máx. 10%       | 28.917.690                 | 4,61%        | 6.392.757                              | 1,32%        | 5.977.729                  | 1,25%        |
| Obrigações e títulos de participação                      | Máx. 50%       | 145.959.595                | 23,26%       | 67.131.954                             | 13,84%       | 66.331.219                 | 13,91%       |
| Títulos da dívida pública e outros garantidos pelo Estado | Mín. 50%       | 348.296.065                | 55,51%       | 334.138.101                            | 68,88%       | 334.133.710                | 70,08%       |
| Fundos de investimento                                    | Max. 20%       | 24.381.019                 | 3,89%        | 20.449.371                             | 4,22%        | 17.498.417                 | 3,67%        |
| Crédito à habitação e outras operações de financiamento   | Max. 20%       | -                          | 0,00%        | -                                      | -            | -                          | 0,00%        |
| Imóveis   | Max. 30%       | 5.473.582                  | 0,87%        | 2.375.333                              | 0,48%        | 2.170.496                  | 0,46%        |
| Depósitos bancários                                       | Sem limite     | 54.997.599                 | 8,77%        | 26.865.886                             | 5,54%        | 26.865.886                 | 5,64%        |
| Outros activos  | Sem limite     | <u>19.408.134</u>          | <u>3,09%</u> | <u>27.765.837</u>                      | <u>5,72%</u> | <u>23.797.477</u>          | <u>4,99%</u> |
| Total do activo   |                | <u>627.433.684</u>         | <u>100%</u>  | <u>485.119.239</u>                     | <u>100%</u>  | <u>476.774.934</u>         | <u>100%</u>  |

Conforme referido anteriormente, os valores "pro-forma" referentes a 1999 são apresentados apenas para efeitos comparativos.

Em 31 de Dezembro de 1999, o valor dos títulos da dívida pública ou outros garantidos pelo Estado constantes do Balanço aprovado, apresenta-se líquido de uma provisão no montante de Esc. 4 402 605 282. Esta provisão foi aprovada por Despacho de 3 de Maio de 2000 de Sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Social. Na sequência da referida alteração do critério valorimétrico da carteira, a referida provisão foi anulada por contrapartida do Resultado líquido do exercício de 2000.

A composição do activo, em 31 de Dezembro de 2000, respeitou os limites estabelecidos na referida Portaria. Adicionalmente, a aplicação de valores em títulos emitidos por uma mesma empresa ou as operações realizadas com uma mesma contraparte não ultrapassaram 20% do respectivo capital e reservas nem 10% do activo do Instituto.



SEGURANÇA SOCIAL

Nestes termos, damos parecer favorável ao Relatório da gestão e às peças contabilísticas que compõem os documentos de prestação de contas do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

Porto, 5 de Março de 2001

A Comissão de Fiscalização

José Rodrigues de Jesus

Óscar Manuel Oliveira Gaspar

Figueiredo & Neves  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC nº 77)  
Representada por:  
Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC nº 862)



SEGURANÇA SOCIAL

**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO IGFCSS – INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL SOBRE O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO INSTITUTO RELATIVO AO ANO 2000**

*Handwritten signatures and initials:*  
1. Afonso  
Melo  
K.  
K.

Analizados os elementos que lhe foram facultados relativos à actividade do IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social no ano 2000, a saber: (1) Relatório de Gestão do IGFCSS, incluindo balanço, demonstração de resultados e respectivos anexos; (2) Relatório de Gestão do FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social; (3) Certificação Legal das Contas do IGFCSS; (4) Norma regulamentar sobre os registos contabilísticos do IGFCSS e dos fundos sob sua gestão, especialmente o FEFSS, aprovada pelo Conselho Directivo do IGFCSS em 24 de Novembro do ano 2000; (5) Carta do Presidente do Conselho Directivo do IGFCSS ao Presidente do Conselho Consultivo, com data de 6 de Março do ano 2001, em que se prestam informações adicionais sobre a actividade do Instituto no exercício de 2000, o Conselho Consultivo do IGFCSS deliberou:

1. Congratular-se pelo rigor e qualidade da informação que lhe foi disponibilizada pelo Conselho Directivo do IGFCSS;
2. Reconhecer o esforço e os resultados conseguidos pelo Conselho Directivo no sentido de preencher os quadros de pessoal do Instituto, e de assegurar a sua plena normalidade de funcionamento, situação tanto mais de realçar quanto o IGFCSS se encontra ainda em período de início de actividade, sempre particularmente complexo;
3. Ponderadas todas as circunstâncias relevantes, nomeadamente a evolução dos mercados de capitais ao longo do ano 2000 e as normas legais e regulamentares a que obedece a actividade do Instituto, considerar satisfatória a taxa de rentabilidade obtida no exercício, de 4,11% dos capitais aplicados, líquida do IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas sobre os rendimentos dos mesmos capitais, cobrado por retenção na fonte;
4. Lamentar que, ainda no exercício de 2000, os rendimentos das aplicações de capitais por parte do IGFCSS tenham estado sujeitos a retenção na fonte de IRC. Este procedimento é tanto mais de lamentar quanto o mesmo procedimento não foi aplicado aos fundos de pensões oferecidos pelos operadores privados;
5. Congratular-se com a medida legislativa que anula, a partir do exercício de 2001, a imposição fiscal referida no número anterior;
6. Recomendar ao Conselho Directivo do IGFCSS que diligencie no sentido de resolver as situações objecto de ênfase e de reserva no documento de Certificação Legal das Contas do Instituto, sem prejuízo de se reconhecer a pouca relevância material dessas situações;



SEGURANÇA SOCIAL

7. Recomendar ao Conselho Directivo do IGFCSS que, enquanto não for aprovada a desejável separação jurídica e patrimonial entre o FEFSS e o IGFCSS, siga uma orientação tendente a, nas demonstrações contabilísticas, proceder a uma separação expressa entre os custos de funcionamento do Instituto, enquanto entidade gestora, e os custos e proveitos do FEFSS propriamente dito. Esta recomendação, adoptada por razões de princípio, não envolve a menor reserva quanto aos custos de funcionamento do IGFCSS, reconhecidamente muito baixos.

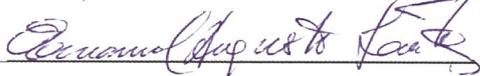
8. Atendendo à natureza do Fundo e com o objectivo de ser possível ao Conselho Directivo, no futuro, fazer uma avaliação sistemática do desempenho da gestão, recomendar a definição de uma carteira de referência (benchmark).

9. Enfatizar que, em qualquer caso, as opiniões expressas nos números anteriores se encontram de algum modo condicionadas por um acompanhamento limitado das actividades do Instituto, devido ao facto de o Conselho Consultivo apenas ter sido empossado e entrado em funcionamento no dia 3 de Novembro do ano 2000

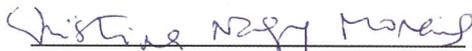
Esta deliberação foi aprovada em reunião do Conselho Consultivo do IGFCSS realizada no dia 28 de Março de 2001, tendo obtido cinco votos a favor (Daniel Bessa Fernandes Coelho, Cristina Jubert de Nagy Morais, Emanuel Augusto dos Santos, Miguel Rebordão Gouveia, Pedro d'Almeida Freire) e duas abstenções (José Emílio Mendes Pires e Jorge Manuel Vale Alves Pereira).



(Daniel Bessa Fernandes Coelho)



(Emanuel Augusto dos Santos)



(Cristina Jubert de Nagy Morais)



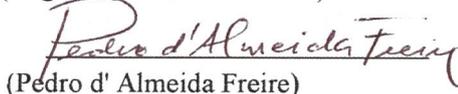
(Jorge Manuel Vale Alves Pereira)



(José Emílio Mendes Pires)



(Miguel Rebordão Gouveia)



(Pedro d' Almeida Freire)



